



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 11/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para **inscrição de 14 servidores, ocupantes de cargos de gestão** do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no curso APG – Programa de Gestão Avançada.

A atividade será realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2020, com carga horária de 20 horas (10 horas/dia), em formato telepresencial síncrono, conforme proposta da empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora:

Razão Social: Amana-Key Desenvolvimento e Educação
Ltda.

CNPJ: 67.129.833/0001- 28

Inscrição Municipal: 002208-0

Inscrição Estadual: 278.043.749-113

E-mail: palestra@amyrklink.com.br

Endereço completo: Rua Nova Petrópolis, 33 – Granja
Viana – Cotia/SP- CEP: 06709-125

Dados Bancários:

Banco do Brasil - 01

Agência – 6615-X

Conta Corrente – 201302-9

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os temas a serem abordados estão indicados no evento [0619570](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Gestores estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

3 - JUSTIFICATIVA:

O Programa APG é reconhecido no Brasil como um dos principais programas de imersão para líderes já desenvolvidos. Suas técnicas e a profundidade dos conteúdos abordados têm servido para o desenvolvimento de grandes líderes do setor público e privado. Sua metodologia compreende o estudo teórico e a inclusão de casos práticos envolvendo a liderança e tomada de decisão, em uma dinâmica exigente, que compreende um processo de imersão de dez horas diárias. Neste tempo que estamos iniciando o Programa de Desenvolvimento de Gestores e Líderes, capacitar nossos principais gestores em um programa dessa qualidade servirá para aperfeiçoar ainda mais as entregas futuras, cada vez mais complexas.

3.1. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.1.1. Da singularidade do serviço:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Programa de Gestão Avançada é organizado e promovido exclusivamente pela Amana-Key, empresa especializada em soluções inovadoras, de ponta, nas áreas de gestão, estratégia e liderança.

3.2. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), resultado da valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) por participante.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

O valor proposto no evento [0619570](#) é inferior ao proposto para inscrições individuais no próprio site da empresa, conforme se vê neste link: <https://amana-key.com.br/apg/apg-virtual/>. Esta modalidade de execução de treinamentos da empresa foi inaugurada apenas em 2020, devido à necessidade de isolamento social provocada pela pandemia.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR	R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)
-------	--

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar equipamentos e demais insumos necessários para acesso dos servidores à palestra, por se tratar de capacitação no modelo telepresencial, pela internet;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Definir, juntamente com o palestrante, os temas a serem abordados, horários e tecnologias a serem utilizadas;
4. Garantir a disponibilidade do público-alvo no horário definido para o evento;
5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0619570](#)), nos dias 16 e 17/12/2020, com 10h de duração diária;

2. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

3. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados;

4. Orientar previamente os participantes quanto ao acesso ao ambiente de aprendizagem e regras do evento.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 16 e 17/12/2020.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa;
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) o cumprimento dos horários;
 - c) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0620306](#), [0620308](#), [0620311](#) e [0620315](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento: [0619570](#)).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES**

MOURA, Coordenador(a), em 13/11/2020, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003323-53.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEDES

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO ABERTO – **APG - Programa de Gestão Avançada.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 263 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES ([0618147](#)), objetivando a participação de quatorze servidores no curso "**APG – Programa de Gestão Avançada**" que será realizado nos dias 16 a 17/12/2020, com carga horária de 20 horas, na modalidade de Ensino telepresencial ao vivo.

02. Na Solicitação de Contratação 3 ([0618155](#)), consta como unidade solicitante e demandante a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE). O referido documento foi submetido à secretaria em substituição da Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico - PB da pretensa contratação, consoante Despacho nº 2056/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0618446](#)).

03. Com isso, a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 4 (0620316) e o Projeto Básico nº 11/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0622565](#)), no qual informa, em seu tópico 4, que o custo da inscrição é de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), totalizando **R\$ 61.600,00** (sessenta e um mil e seiscentos reais). Ainda, consta no referido PB a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa).

04. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0620308](#)), Receita Federal ([0620315](#)), Justiça do Trabalho ([0620306](#)) e CNJ ([0620311](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

05. A SEDES encaminhou, via e-mail ([0622572](#)), o Projeto Básico citado para a ciência do representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento ([0623025](#)), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Remetido os autos para gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP ([0621309](#)), o secretário dá continuidade ao procedimento contratação encaminhado os autos à SAOFC (Despacho nº 363/2020 – PRES/DG/SGP/GABSGP - [0621374](#)).

07. Em observância ao Despacho nº 2109/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0621682](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei n. 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico e conclui por sua regularidade ([0627490](#)).

08. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária (0627900), no valor de R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: "*Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.*"

09. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

11. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

12. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; **(negritou-se)**.

13. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

14. Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por **cursos abertos**. Veja-se:

[...]

45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

15. Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:

A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador.** Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (sem grifo no original)

16. Em resumo, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. (sem grifo no original)

17. Releva destacar, ainda, voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. ” - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

18. No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidor cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atuam em unidades que demandam com frequência os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB (0622565)**:

O Programa APG é reconhecido no Brasil como um dos principais programas de imersão para líderes já desenvolvidos. Suas técnicas e a profundidade dos conteúdos abordados têm servido para o desenvolvimento de grandes líderes do setor público e privado. Sua metodologia compreende o estudo teórico e a inclusão de casos práticos envolvendo a liderança e tomada de decisão, em uma dinâmica exigente, que compreende um processo de imersão de dez horas diárias. Neste tempo que estamos iniciando o Programa de Desenvolvimento de Gestores e Líderes, capacitar nossos principais gestores em um programa dessa qualidade servirá para aperfeiçoar ainda mais as entregas futuras, cada vez mais complexas.

III – CONCLUSÃO

19. Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a **Administração poderá realizar as inscrições dos servidores para a participação no evento em questão**, promovido pela empresa Amana-Key Desenvolvimento e Educação Ltda., CNPJ: 67.129.833/0001-28, na modalidade de Ensino Telepresencial, com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário.**

20. Por sua vez, observa-se que o **Projeto Básico nº 11/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0622565)**, no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei n. 8.666/93, podendo ser levado à aprovação da autoridade**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

superior competente, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

21. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada, conforme já efetivado o envio através de e-mail juntado aos autos pelo evento [0623025](#).

22. Finalmente, com precedente no Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário, **entende-se necessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos**, em razão do valor da contratação, ser superior aos patamares da dispensa legal.

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 24/11/2020, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/11/2020, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003323-53.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Curso "**APG – Programa de Gestão Avançada**" na modalidade de Ensino telepresencial ao vivo.

DESPACHO Nº 1955 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES** ([0618147](#)), objetivando a participação de quatorze servidores no curso "**APG – Programa de Gestão Avançada**" que será realizado nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias 16 a 17/12/2020, com carga horária de 20 horas, na modalidade de Ensino telepresencial ao vivo.

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0620316](#)) e anexou-se nos autos o conteúdo programático do referido curso ([0619570](#)).

Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 61.600,00** (sessenta e um mil e seiscentos reais), resultado do valor de **R\$ 4.400,00** (quatro mil e quatrocentos reais) por participante, conforme item 4 do Projeto Básico nº 11/2020 ([0622565](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento com o FGTS ([0620308](#)), Receita Federal ([0620315](#)), Justiça do Trabalho ([0620306](#)) e CNJ ([0620311](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

O Secretário da SGP encaminhou os autos à SAOFC para análise do Projeto Básico, com vistas à contratação da empresa Amana-Key Desenvolvimento e Educação Ltda ([0621374](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Estudo Técnico Preliminar e do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0627490](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 61.600,00** (sessenta e um mil e seiscentos reais) para custear a despesa, informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA ([0627900](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral que opinou pela possibilidade da inscrição dos servidores indicados para a participação no evento em questão, por inexigibilidade de licitação e pela publicação do ato de ratificação na imprensa oficial para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal ([0629022](#)).

Por fim, a SAOFC reconheceu a inexigibilidade apontada pela AJDG e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico n. 11/2020, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, autorização



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para emissão de Nota de Empenho e publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJE e DOU ([0629400](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Da análise dos presentes autos, verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais norteadores da matéria.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação definida no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Registra-se que, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 3.3 do PB n. 11/2020 ([0622565](#)).

No que diz respeito ao balizamento dos preços praticados, nada há de reparos nesse aspecto, tendo em vista que o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

Por fim, embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

1 - aprova o ETP ([0620316](#)) e o Projeto Básico nº 11/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE ([0622565](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93;

2 - autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3 - adjudica o objeto à empresa Amana-Key Desenvolvimento e Educação Ltda., CNPJ: 67.129.833/0001-28 e autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor total de R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa; e

4 - Determina a publicação do ato tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade, e nos termos do [caput do art. 26 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/11/2020, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.